

Delegados repudiam investiga  o criminal pelo MP

   um absurdo discutir se o tr  fico de drogas    ou não ilegal. E o Supremo Tribunal Federal vai discutir se agir ilegalmente pode se tornar legal. A crítica    feita pelo delegado **Marcos Ant  nio Lino Ribeiro**, presidente do Sindicato dos Delegados da Pol  cia Federal do Estado de São Paulo, ao se referir ao poder investigatório do Ministério Público em matéria criminal. O STF julga o assunto nesta quarta-feira (1  /9).

  Investiga  o criminal    monopólio da Pol  cia  , ressalta Lino. Segundo ele, se o MP cumprisse suas fun  es garantidas constitucionalmente haveria um progresso nas solu  es dos processos.   Hoje, por conta de querer abarcar a fun  o de Pol  cia, o MP não está cumprindo bem sua fun  o  , afirma.

Lino disse que no processo criminal deve haver equilíbrio entre as partes.   O Ministério Público    parte no processo e não pode produzir provas. Caso contrário, o processo se torna tendencioso  , diz. E acrescenta:   Se o STF decidir pelo poder investigatório do MP, os advogados sairão em desvantagem porque o MP — uma das partes — vai produzir provas das quais vai se beneficiar  .

Para o delegado federal, a Constitui  o    clara: não autoriza o Ministério Público a investigar. A opinião    a mesma do delegado **Jair Cesário da Silva**, presidente da Associa  o dos Delegados de Pol  cia do Estado de São Paulo. Ele está em Brasília para acompanhar o julgamento no STF nesta quarta.

Segundo Silva, o MP geralmente atua em casos que têm repercussão na m  dia. O delegado estadual lembra que o inquérito produzido pela Pol  cia tem o controle do Ministério Público e do Judiciário.   Quando o MP investiga, não    controlado. O cidadão fica inseguro  , conclui.

No caso concreto, o STF discute o Inquérito 1.968 em que o deputado federal licenciado Remy Trinta, do Maranhão, acusado de ter desviado dinheiro do Sistema   nico de Saúde, tenta escapar do processo. Ele alega que não poderia ter sido investigado por procuradores.

O poder investigatório do MP foi discutido no Supremo em 2003. Na ocasião, a 2   Turma, por unanimidade, entendeu que   a pol  cia judiciária deverá ser exercida pelas autoridades policiais com o fim de apurar as infra  es penais e sua autoria, e o inquérito policial    o instrumento de investiga  o penal da pol  cia.    um procedimento administrativo destinado a subsidiar o MP na instaura  o da a  o penal  .

Leia a ementa do julgamento da 2   Turma

RHC 81326 / DF – DISTRITO FEDERAL

RECURSO EM HABEAS CORPUS



Relator(a): Min. NELSON JOBIM

Julgamento: 06/05/2003

Ã?rgÃ£o Julgador: Segunda Turma

PublicaÃ§Ã£o: DJ DATA-01-08-2003 PP-00142 EMENT VOL-02117-42 PP-08973

Ementa

EMENTA: RECURSO ORDINÃ•RIO EM HABEAS CORPUS. MINISTÃ?RIO PÃ?BLICO. INQUÃ?RITO ADMINISTRATIVO. NÃ?CLEO DE INVESTIGAÃ?Ã?O CRIMINAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL/DF. PORTARIA. PUBLICIDADE. ATOS DE INVESTIGAÃ?Ã?O. INQUIRÃ?Ã?O. ILEGITIMIDADE. 1. PORTARIA. PUBLICIDADE A Portaria que criou o NÃ?cleo de InvestigaÃ§Ã£o Criminal e Controle Externo da Atividade Policial no Ã?mbito do MinistÃ©rio PÃºblico do Distrito Federal, no que tange a publicidade, nÃ£o foi examinada no STJ. Enfrentar a matÃ©ria neste Tribunal ensejaria supressÃ£o de instÃ¢ncia. Precedentes.

2. INQUIRÃ?Ã?O DE AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. ILEGITIMIDADE. A ConstituiÃ§Ã£o Federal dotou o MinistÃ©rio PÃºblico do poder de requisitar diligÃªncias investigatÃ³rias e a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito policial (CF, art. 129, VIII). A norma constitucional nÃ£o contemplou a possibilidade do parquet realizar e presidir inquÃ©rito policial. NÃ£o cabe, portanto, aos seus membros inquirir diretamente pessoas suspeitas de autoria de crime. Mas requisitar diligÃªncia nesse sentido Ã autoridade policial. Precedentes. O recorrente Ã© delegado de polÃcia e, portanto, autoridade administrativa. Seus atos estÃ£o sujeitos aos Ã³rgÃos hierÃrquicos prÃ³prios da CorporaÃ§Ã£o, Chefia de PolÃcia, Corregedoria. Recurso conhecido e provido.